



## Intervenção

### Mulheres na agricultura

Exmos. Senhores Agricultores, e Exmas. senhoras agricultoras e demais convidadas e convidados;

Que iniciativa tão bonita que estamos hoje a presenciar em Viseu, a minha terra natal!

Venho aqui, em representação da Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas dar voz a todas as mulheres que vivem no mundo rural!

### **Nós Mulheres que Semeamos soberania e solidariedade alimentar: temos direito a uma vida digna!**

Os últimos tempos são de facto muito difíceis e todas ainda sentimos isso na pele! uma pandemia, as alterações climáticas, as dificuldades em produzir os alimentos associadas ao aumento brutal dos preços dos factores de produção e consequente diminuição do rendimento das explorações agrícola aliado à instabilidade pelo desencadear de mais uma guerra no Mundo.

Tem sido difícil para (quase) todos, mas muito em especial para as mulheres.

Segundo a ONU, faltam cerca de 300 anos para haver plena igualdade de género e, na verdade o que temos assistido é a um retrocesso que está a contribuir para aumentar ainda mais as desigualdades de género.

O que tem acontecido é a falta de investimento e o progressivo encerramento de serviços públicos, obrigando a longas e dispendiosas deslocações (na educação, nos transportes, na agricultura e no desenvolvimento rural), situação que põe em causa não só a sobrevivência desses territórios, mas também do resto do país e que nos proíbe de viver melhor. Não é possível estar meses à espera de uma consulta médica, de uma cirurgia ou de fisioterapia, ou de ter de fazer dezenas e dezenas de quilómetros para a isso ter acesso. Não podemos aceitar o encerramento de maternidades, num País com um Mundo Rural profundamente deprimido e com défices de natalidade altíssimos. Temos direito a ser mães em segurança e com qualidade, temos direito a garantir isso aos nossos filhos.

Preocupa-nos profundamente a situação do meio ambiente e dos recursos naturais. Vivemos actualmente uma situação de seca dramática, com consequência no abastecimento às populações e na qualidade e quantidade da produção agrícola. Precisamos de estar mais preparadas e organizadas para enfrentar estas e outras adversidades e de apostar em modelos produtivos que se coadunem com as condições de cada território e as necessidades alimentares da população.

Continuamos a reafirmar que temos direito a produzir, a proporcionar e a ter acesso a uma alimentação de qualidade. Por isso, é fundamental a valorização dos preços da produção agrícola nacional e oportunidades de escoamento da produção como a valorização dos mercados e feiras, locais privilegiados da venda de produtos agrícolas, directamente das produtoras aos consumidores e factores de produção, estes são um dos alicerces da Agricultura Familiar, sendo assegurados muitas vezes pelas mulheres.

O trabalho das mulheres (no campo, em casa e na vida) é muitas vezes tornado invisível e por isso muito precarizado, com enormes impactos na garantia de uma vida digna. Isto verifica-se, por exemplo no acesso à reforma, já que os descontos das mulheres para a segurança social são muitas vezes relegados para segundo plano (por dificuldades financeiras do agregado familiar). Importa a criação de um regime de segurança social adaptado à realidade das mulheres agricultoras e rurais que nos faça sair de situações de vida profundamente precárias.

E o que as mulheres podem esperar da Política Agrícola Comum? Acrescenta muito pouco ou nada.

Neste pacote não encontramos medidas específicas que tenham em conta as dificuldades e necessidades das mulheres agricultoras e rurais e das suas famílias, nem que contribuam para a igualdade de género, para o combate ao despovoamento e desertificação das zonas rurais ou que promovam o emprego das mulheres rurais. É mais uma oportunidade perdida, e mais uma forma de privilegiar os privilegiados.

Perante esta situação, os delegados no Congresso da CNA consideram que é urgente:

- Reafirmar o direito a produzir, a uma alimentação de qualidade e à valorização dos preços da produção nacional;
- Valorizar os mercados e feiras, locais privilegiados da venda de produtos agrícolas e factores de produção;
- Eliminar todas as formas de desigualdades, discriminações e violências, pela igualdade, pelo progresso e pela paz;
- Garantir, em especial no Mundo Rural, as condições de acesso aos serviços públicos;
- Criar um regime específico de segurança social para as famílias agrícolas;
- Desagregar, por género, os dados referentes ao sector agrícola, em especial nas medidas da PAC;
- Introduzir medidas de discriminação positiva para as mulheres agricultoras na nova PAC;
- Majorar os apoios quando os titulares são mulheres, no âmbito da agricultura familiar: em especial no apoio às jovens agricultoras; nos pequenos investimentos, na criação e gestão de associações de agricultores, na organização da produção e no acompanhamento de políticas públicas.

**6 de Novembro, Viseu**

**Sílvia Martins, Direcção Nacional da CNA**